

Estado é o maior violador de direitos humanos

Brasil aprovou leis como a que considera a tortura um crime, mas polícia comete abusos contra cidadão

ARNALDO GALVÃO

BRASÍLIA – O Brasil ainda tem muito a fazer em defesa dos direitos humanos, mas já existe uma política pública para o assunto. Ontem, o segundo aniversário do Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH) foi lembrado em cerimônia no Palácio do Planalto. O secretário nacional dos Direitos Humanos, José Gregori, disse que nesses dois anos foram aprovadas 15 leis importantes e o presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que somente os que não viveram regimes de exceção não dão importância às leis. “Espero que o Congresso aprove o projeto que transfere para a Justiça Federal o julgamento de crimes contra os direitos humanos”, disse o presidente.

A medida é considerada estratégica, porque em algumas regiões a Justiça estadual sofre mais pressão, principalmente quanto ao orçamento que negocia com o Executivo.

Na cerimônia de ontem, o presidente assinou decretos de desapropriação de três fazendas nas quais a fiscalização encontrou trabalho escravo. Duas das fazendas estão no Pará e uma em Goiás, num total de 6.884 hectares. Pelos cálculos do governo, será possível assentar 300 famílias nessas propriedades. O presidente assinou ainda dois decretos. Um institui 1998 como Ano dos Direitos Humanos e o outro cria um grupo de estudos para avaliar e propor medidas que reduzam a violência nas escolas. Foi assinado também um protocolo entre os Ministérios da Justiça e do Trabalho para a geração de empregos para a população negra.

Respeito – Mesmo com algumas críticas, principalmente sobre o que chamam de “diferença entre o excelente discurso e a tímida ação”, alguns deputados federais da oposição reconhecem em José Gregori um secretário de respeito. Alguns até dizem que gostariam de vê-lo como ministro da Justiça. Esses deputados têm um diagnóstico preocupante: o Estado ainda é o principal violador dos direitos humanos, principalmente em razão dos abusos cometidos pelo aparelho policial.

Para o deputado Nilmário Miranda (PT-MG), o PNDH é positivo, mas o Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer. “Um país que tem em sua história 400 anos de escravidão e 500 anos de extermínio da população indígena tem dificuldades para assimilar a cultura de defesa dos direitos humanos.”

Miranda foi o primeiro presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Câmara dos Deputados e autor do projeto que criou, em 1995. Para ele, é uma tarefa prioritária unificar, reformular e desmilitarizar as polícias. O deputado diz que falta estrutura e orçamento à Secretaria Nacional de Direitos Humanos, assim como falta autonomia ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), ligado ao Ministério da Justiça. “A base governista no Congresso não considera esses temas prioritários.”

O cientista político e coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, Paulo Sérgio Pinheiro, não concorda com as críticas ao governo. Para ele, muita coisa importante foi aprovada. Ele destaca a nova lei que transfere para a Justiça Civil o julgamento dos crimes dolosos contra a vida praticados por policiais militares. “Não foi aprovado o melhor projeto, mas houve um grande avanço.”

Falta de empenho – O atual presidente da CDH da Câmara é o deputado Eraldo Trindade (PPB-AP), que está em seu terceiro mandato parlamentar. Ele também não vê muito empenho da base que sustenta o governo. “O projeto que ‘federaliza’ os crimes contra os direitos humanos e o que dá mais autonomia e poder ao CDDPH estão parados.”

Trindade cita um exemplo do que é a luta pelos direitos humanos nos Estados: “O presidente do Tribunal de Justiça do Acre, desembargador Gercino José da Silva Filho, vive com a escolta de policiais federais porque foi ameaçado quando deu prioridade ao combate

a grupos de extermínio”.

O deputado Hélio Bicudo (PT-SP) reconhece que o PNDH traz o assunto para um patamar mais alto: “Fica mais difícil dizer que os direitos humanos servem para defender criminosos.”

Sobre o empenho da base governista, Bicudo cita um caso concreto. Quando apresentou o projeto para retirar da Justiça Militar todos os crimes praticados por policiais militares no exercício da atividade, quem coordenou a oposição à proposta foi o líder do governo no Senado, Elcio Álvares (PFL-ES). Ele afirma que, atualmente, o lobby das polícias militares no Congresso é muito mais forte e atuante. (Colaborou Isabel Braga)



O presidente com a comissão da marcha contra o trabalho infantil

FHC recebe abaixo-assinado

No ano da comemoração do cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, representantes da Marcha Global contra o Trabalho Infantil visitaram ontem o presidente Fernando Henrique Cardoso e o deputado Michel Temer (PMDB-SP). Eles levaram abaixo-assinados pedindo providências contra a exploração infantil.

“Tem gente que diz ser melhor trabalhar do que roubar; nós achamos que é melhor estudar que roubar e, também, que é melhor estudar que trabalhar”,

disse a menina Daiana Gomes da Silva, integrante da marcha, em discurso lido ontem em Brasília.

A Marcha Global pede garantia de acesso à escola pública de qualidade para todos e a erradicação do trabalho infantil no Brasil. Para que essas propostas sejam realizadas, o movimento sugere a ratificação e o respeito à Convenção n.º 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que determina a idade mínima de 14 anos para o ingresso no mercado de trabalho. (A.G.)